

Projeto social, esporte e educação: a produção da identidade no ensino do taekwondo

RESUMO

Por meio de algumas noções conceituais produzidas no campo dos Estudos Culturais e entrevistas narrativas com participantes de um projeto social de ensino do Taekwondo, vinculado ao Programa Escola da Família, analisamos como projetos desse tipo influenciam na vida de jovens em situação de vulnerabilidade social. Consideramos que tais projetos produzem identidades e impactam as subjetividades dos jovens atendidos, quando estes não se adéquam aos discursos hegemônicos de classe social, gênero, saúde e educação; contribuem para que crianças e jovens permaneçam à margem da sociedade em que se encontram e, por consequência, favorecem a promoção de políticas que os mantêm tutelados pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto social; Estudos culturais; Identidade; Esporte

Gizeli Aparecida Pereira

Licenciada e Bacharel em Educação Física
Universidade Estadual de Campinas,
Departamento de Educação Física e
Humanidades, Campinas, Brasil
gizeli.pereira1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2065-0345>

Mário Luiz Ferrari Nunes

Doutor em Educação
Universidade Estadual de Campinas,
Departamento de Educação Física e
Humanidades, Campinas, Brasil
mariolfm@unicamp.br
<https://orcid.org/0000-0003-0680-5777>

Social project, sport and education: the production of identity in teaching taekwondo

Abstract

Through some conceptual notions produced in the field of Cultural Studies and narrative interviews with participants from the social project the teaching of Taekwondo linked to the Escola da Família Program, we analyzed how projects of this type influence the lives of young people in situations of social vulnerability. We consider that projects like this impact the subjectivities of the young people who is inside the project, when they are not adapted to the hegemonic discourses of social classes, gender, health and education; they help children and young people to remain on the margins of the society in which they find themselves and, consequently, favoring the promotion of policies that keep them under the tutelage of the State.

Keywords: Social project; Cultural studies; Identity; Sport

Proyecto social, deporte y educación: la producción de la identidad en la enseñanza del taekwondo

Resumen

A través de algunas nociones conceptuales producidas en el campo de los Estudios Culturales y entrevistas narrativas con los participantes del un proyecto social de la enseñanza del Taekwondo, vinculado al Programa Escola da Família, analizamos cómo proyectos de este tipo influyen en la vida de los jóvenes en situaciones de vulnerabilidad social. Consideramos que proyectos como este impactan las subjetividades de los jóvenes atendidos, cuando no se adaptan a los discursos hegemónicos de clase social, género, salud y educación; ayudan a los niños, niñas y jóvenes a permanecer al margen de la sociedad en la que se encuentran y, en consecuencia, favorecen la promoción de políticas que los mantengan bajo la tutela del Estado.

Palabras clave: Proyecto social; Estudios culturales; Identidad; Deporte

INTRODUÇÃO

O ensino do Taekwondo investigado ocorre em um projeto social, instituído por meio de política pública promovida pelo governo do estado de São Paulo: o programa Escola da Família (PEF), em uma escola de uma cidade em uma região metropolitana do estado de São Paulo. Modalidade de política pública como essa visa assegurar os direitos sociais, como discriminado na Constituição Federal (1988), seja por via do setor público (Estado), do setor privado (empresas) ou por meio de parcerias com o terceiro setor - conjunto de instituições e organizações privadas da sociedade civil sem fins lucrativos, no qual a maior parte está envolvida em ações solidárias e relacionadas com a área de serviço social, dentre elas as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em que pese as Santas Casas serem a referência histórica para ações solidárias, foi nos anos 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, que surgiram, no Brasil, as primeiras instituições e políticas de assistência social. Já as ONGs (com essa denominação), emergiram em nosso país a partir da década de 1980¹. De início, foram vistas como “iniciativas de apoio a causas específicas, baseadas em trabalho voluntário e comprometidas com ideais de justiça e solidariedade”(VERGARA; FERREIRA, 2005, p.1). Apesar de várias ONGs se organizarem com a participação de voluntários, muitas contam com mão de obra privada e ocupam grande espaço no cenário político, econômico e social do país, algumas, inclusive, chegando a movimentar milhões de reais por mês. Segundo Vergara e Ferreira (2005), parte dessas ONGs atuam “como instrumentos de dominação dos países ricos sobre as economias periféricas e agentes da expansão do neoliberalismo” (VERGARA; FERREIRA, 2005,p.2), pois organismos internacionais também impulsionam sua atuação. Há ainda a questão de que diversas ONG’s utilizam-se dos recursos públicos oferecidos para fins privados, reforçando o quadro do governo do Estado tanto pautado em princípios de mercado como aquele que produz políticas públicas de modo a garantir sem riscos o seu efetivo funcionamento (DARDOT; LAVAL, 2016). No Brasil, a legislação permite que qualquer pessoa funde uma ONG e não há uma regulamentação estabelecida para o seu funcionamento e nem uma fiscalização quanto ao uso dos recursos públicos que recebem. Apesar disso, tanto o Governo quanto a sociedade legitimam e consolidam a presença das ONGs no Brasil (VERGARA; FERREIRA, 2005).

Com base no discurso neoliberal de implantação de um processo democratizador e transformador, o terceiro setor surge como possibilidade de superação da crise do Estado na oferta de bens e serviços sociais e de dar respostas imediatas às necessidades básicas da população. Contribui

¹ O termo ONG foi usado pela primeira vez em 1950 pela ONU (Organização das Nações Unidas) para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada a um governo. Seu significado atrela-se a um espaço de participação da sociedade civil organizada nas ações públicas (BORELLI, 2008).

para que o Estado se exima de responsabilidades nas áreas da educação, saúde e serviços sociais (ANDERSON, 1995) e reduz os direitos dos cidadãos às questões relativas ao consumo e as de auto promoção (BAUMAN, 2008).

Nesse cenário, o Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004, instituiu o Programa Escola da Família (PEF), para desenvolver e implementar ações de natureza preventiva destinadas à reduzir a vulnerabilidade social dos jovens e garantir a coesão e o controle social². Utiliza para isso a integração de crianças e jovens do mesmo extrato social, a fim de construir atitudes e comportamentos compatíveis com uma trajetória saudável de vida (SÃO PAULO, 2004). As atividades do PEF giram em torno de quatro eixos: cultura, esporte, saúde e trabalho, por meio de projetos específicos, com objetivos e planos de ação definidos por cada escola de acordo com os interesses e demandas locais (SÃO PAULO, 2004). As atividades são abertas ao público. São coordenadas por equipes permanentes em cada unidade escolar. Essas equipes administram o seu espaço e organizam as ações de forma autônoma. As equipes são formadas por um membro da equipe gestora da escola em questão; estudantes de graduação de universidades privadas do Estado de São Paulo - parceiras vinculadas ao programa (os educadores universitários) e em diversas unidades escolares conta-se com a permanência de professores de educação física ou de artes plásticas, que administram oficinas dentro das suas áreas de conhecimento, a denominada equipe de fortalecimento. Além desses, contam com profissionais ligados à área da educação, que têm profundo conhecimento das suas comunidades, os denominados monitores educacionais. Também podem compor as equipes pessoas sem vínculo com o Estado ou as universidades parceiras e que são interessadas em ensinar e/ou desenvolver projetos sociais, os denominados educadores voluntários (SÃO PAULO, 2004)

É de bom tom destacar que muitas dessas ações voluntárias ocorrem por meio de parcerias com empresas e ONGs, além do que os educadores universitários são bolsistas do Programa Bolsa Universidade (BRASIL, 2017)³, política pública destinada as instituições de ensino superior privadas, reforçando a presença de representantes do setor privado e do terceiro setor nas ações estatais.

² Para o pensador francês Michel Foucault, o governo nas sociedades modernas é realizado tanto por uma anatomo-política (tema das disciplinas que atuam sobre o indivíduo) como por uma biopolítica (tema do biopoder que atua sobre o conjunto de indivíduos, a população). Ele é necessário para que se evite crimes, revoltas, rebeliões e demais distúrbios sociais por parte da população em oposição ao Estado com o mínimo de gastos e máximo de eficiência da sua parte. Não por menos, o tema da segurança é central nas políticas públicas que são dirigidas aos estratos sociais mais pobres. Com base nas ideias de Michel Foucault, a análise do papel das políticas públicas na garantia da defesa da sociedade é complexa, pois envolve não apenas as políticas públicas como as de saúde, de educação etc. pois argumenta que o poder não se limita ao governo central, mas se estende por toda a sociedade, moldando as relações sociais e influenciando diversas áreas. As políticas públicas podem ser vistas como ferramentas de "governo da população", influenciando não apenas os indivíduos, mas direcionando o comportamento e as condições de vida de grupos inteiros (FOUCAULT, 2008b; 2016).

³ Há que se destacar que as políticas neoliberais de assistencialismo são adotadas também por instituições de ensino particulares, principalmente na educação superior, divulgando e reforçando a crítica ao Estado e modos de ser específicos na formação inicial superior (NUNES; NEIRA, 2014).

Para Petras (2000), as ONGs não são organizações não-governamentais, uma vez que recebem fundos de governos externos e internos - neste caso das Fundações de empresas privadas e das universidades particulares (no caso dessa política), que recebem isenções fiscais ou mantêm relações de trabalho com o Estado para atuar em áreas relativas à Educação, Saúde e Ambiente. Desde os anos 1990, em toda a América Latina, as ONGs voltaram-se à implementação de projetos sociais, em nome das agências de desenvolvimento internacionais e nacionais. Essa postura decorre do vínculo entre elas e os governos democráticos eleitos, bem como pela crise financeira dos anos 1980-1990, que levou aos governos dos países em desenvolvimento a reduzirem gastos sociais, além do incentivo por uma maior participação do setor privado no setor público - característica das políticas econômicas neoliberais. Nessa perspectiva, as ONGs assumem um paradoxo. De um lado, elas passam a desempenhar funções antes assumidas pelo Estado, que têm, assim, sua responsabilidade diminuída em termos da manutenção do bem-estar da população e com ela a diminuição de gastos com o social, que passa a ser contabilizado como repasse para essas instituições. Por outro, sob a responsabilidade de educadores encarregados pelo programa, muitos bairros conseguiram significar a escola também como espaço de lazer, de acesso aos serviços públicos e experiência de convívio e solidariedade, e, com isso, acabam por validar o terceiro setor e rejeitar o Estado ou, minimamente, não se incomodar com o seu abandono (SILVA, 2010).

O PEF atua em mais de 2.000 unidades escolares em todo o Estado de São Paulo. Atende 32 escolas públicas estaduais no município em que a pesquisa se desenvolveu. Desde o ano de 2004, está presente na escola, na qual o projeto de ensino do Taekwondo foi implantado, em 2017. Nessa escola, são desenvolvidos um total de 34 projetos, abrangendo os quatro eixos fundamentais do programa.

A presença do Taekwondo no projeto é justificada por aspectos utilitários, decorrentes dos diversos benefícios da sua prática regular, apontados por estudos da área da saúde e da psicologia (NEGRÃO, 2012). Nessas linhas, visa ao desenvolvimento de todas as qualidades físicas e psicológicas para a sua atuação em sociedade. No aspecto cultural, sua presença é uma forma de reconhecimento e valorização tanto da cultura coreana (origem dessa arte marcial) como de seus representantes (NEGRÃO, 2012). Soma-se a isso, a possibilidade de acesso à prática e aos princípios do Taekwondo para diversas pessoas em situações de risco social, pois entende-se que não teriam condições de arcar com os custos de uma aula regular em uma academia específica, favorecendo o modelo da educação compensatória.

Nesse cenário, tomamos como objeto de estudo o modo como o ensino do Taekwondo acontece em uma unidade do PEF. Por meio de entrevistas narrativas com o professor responsável e alguns alunos e ancorados em algumas ferramentas conceituais presentes no campo dos Estudos

Culturais, analisamos os enunciados proferidos pelos colaboradores da pesquisa, de modo a inferir como políticas como essa subjetivam jovens em situação de risco social.

Operadores conceituais: Os Estudos Culturais

No campo dos Estudos Culturais (EC), a cultura é tida como modo de vida de um grupo social, na qual são realizadas práticas que produzem e comunicam significados pelos quais os grupos dão sentido à sua existência se identificam. Trata-se de um território contestado, composto por jogos de forças em luta permanente que visam a afirmação e o controle do significado. Para Hall (1997), devido ao processo de globalização há em andamento uma tentativa de homogeneização cultural, em que aspectos culturais semelhantes são percebidos em diferentes nações. Em que pese os diferentes efeitos desse processo, a articulação entre os aspectos culturais locais e a globalização contribuem para o processo de regulação e homogeneização social, constituindo normas e sistemas classificatórios.

Os EC decorrem das grandes mudanças econômicas, geopolíticas e tecnológicas que estão acontecendo em todo o mundo desde o fim da segunda grande guerra mundial e se intensificaram nas últimas três décadas. Mudanças que conclamam por novas explicações a respeito dos fenômenos culturais destes tempos. Os EC examinam como a vida dos indivíduos é regulada por estruturas e práticas (como as corporais) tanto as que são passadas de geração em geração como as produzidas pelas mídias, influenciando a fabricação de identidades, representações, e as formas de regulação, produção e consumo (HALL, 1997). Os EC investigam as zonas de conflito entre e intra grupos, seus efeitos subjetivos, preocupando-se sempre com a questão das relações de poder entre os grupos e os sujeitos, isto é, suas investigações incidem sobre as formas de condução das condutas entre os sujeitos e as que cada um utiliza para conduzir-se, a fim de desestabilizar as relações de poder que produzem mecanismos de dominação e opressão que incidem em desigualdades, a fim de criar modos de resistência em favor dos desprivilegiados nessas relações (FROW; MORRIS, 2006). Trata-se de formular estratégias para tornar as relações de poder menos coercitivas, mais democráticas.

É a partir dos EC que as questões de identidade e diferença começaram a crescer e ser discutidas em diversos âmbitos sociais. Nos EC, a identidade não é a essência de um objeto, tampouco do sujeito. Nas palavras de Hall,

O que denominamos nossas identidades poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos viver, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. (HALL, 1997, p. 26)

Essa posição pode ser construída a partir de uma variedade de características, como etnia, raça, gênero, classe social, orientação sexual, nacionalidade, faixa etária, habilidade, trabalho entre outras, constituindo o que se denomina identidade cultural. Desse modo, a identidade do sujeito não é algo único, de um indivíduo. A identidade cultural explica a nossa posição de sujeito enquanto indígena, negra, mulher, pobre, homossexual, brasileiro, skatista, docente, mãe, contribuinte etc. e todas essas também são móveis, se modificam, produzem variações, no tempo e no espaço. Não por menos que brasileiro pode ser o que "não desiste nunca" como "povo que não sabe votar", e também como acolhedor, esperto, gosta de samba etc.. Tratam-se de posições de sujeito nos sistemas simbólicos, sempre em disputa e que produz estratégias discursivas e não discursivas de pertencimento e exclusões (HALL, 2000).

A identidade é formada discursivamente, decorrente dos jogos de linguagem, do significado e dos jogos de força que o determinam, logo, da cultura. (HALL, 2000). Hall explica que é no ato do fechamento dos seus limites que a identidade ganha materialidade e, ao mesmo tempo, torna-se dependente do seu exterior constitutivo, daquilo que ela (identidade) não é: a diferença. É nesse jogo político que a identidade torna-se referência e a diferença é marcada como problema, como ameaça que precisa ser afastada, suprimida (SILVA, 2000). É importante colocar que tanto a identidade quanto a diferença enquanto negação não são determinadas definitivamente pelo sistema discursivo simbólico que as produzem e as definem, pois, devido ao caráter instável da linguagem, os significados das coisas, logo dos sujeitos, da realidade, não são fixos. As definições de identidade e diferença são disputadas através das relações de poder. Afirmer identidades significa estabelecer fronteiras; estabelecer o que está dentro e o que está fora dos sistemas normativos.

O processo de regulação presente em qualquer cultura constrói novos sistemas de classificação e classificar implica em estabelecer relações hierárquicas de poder (HALL, 1997). Normalizar faz parte de um processo de fixação da identidade e reforça as relações de poder. A normalização e a naturalização dos significados fixam identidades que permitem a inferiorização de determinadas pessoas e determinados grupos sociais, que são marcados como diferente, diferença do padrão, do modo correto de ser. A identidade aqui é vista como campo de disputa entre os grupos pelo controle da representação, de se fazer representar.

Desta forma, podemos dizer que a identidade é transformada no normal (na norma, aquilo que usualmente é posto como verdadeiro), enquanto a diferença se torna o anormal (a negação daquilo que se diz verdadeiro). Ambas são formadas a partir da linguagem, pois é a partir dela que ocorrem os sistemas de significação uma vez que a linguagem é compreendida como um instrumento que institui a realidade. No sistema de significação, as coisas não são nada até que a cultura, de modo arbitrário, dê um significado à elas. A linguagem atribui, a partir das relações de poder, o significado

das coisas e, discursivamente, estabelece regimes de verdade. Sem isso, não há comunicação, tampouco é possível haver o normal e muito menos o anormal, a referência e aquilo que dela difere: a identidade e a diferença (SILVA, 2000). Como mostrou Foucault ao longo de seus escritos, uma sociedade se explica pela produção de suas diferenças internas.

É na representação que os significados são carregados e é ela quem produz o efeito de verdade posto pelo sistema de significação das coisas. É na representação que a identidade é posta como verdadeira e cria a diferença enquanto problema, como oposição. Esse processo indica que a identidade está sempre em perigo, pois, como dito, depende sempre do que ela não é para afirmar-se. O processo se complexifica, pois, por depender do que ela não é, a identidade não pode se afirmar, pois nenhuma coisa é em si, uma essência. “Afinal, o que há é apenas diferença; e a diferença sempre se dá como pura diferença” (LOPES; VEIGA-NETO, 2011, p.04). Nada é identificável por si (WILLIAMS, 2012). Identificar as coisas da vida é uma ação política, dependente de jogos de força, de relações de poder. Não por menos, Hall (1997) mostra que para os EC a cultura produz o conhecimento, a verdade e as formas de regulação, logo, o sujeito.

Os EC contribuem para analisarmos os impactos do Taekwondo, originário de uma sociedade oriental, na produção das identidades culturais de seus participantes em uma sociedade ocidental. As noções conceituais apresentadas nos ajudam a compreender como a articulação entre políticas públicas de coesão social, esporte e Taekwondo fazem com que crianças e jovens assumam a posição de sujeito desejada, se insiram na representação legitimada e marcam seus corpos com a identidade reconhecida socialmente. Aos demais, os que não assumirem a identidade desejada, restará conviver ou escapar das tentativas perenes de sua captura, que implica uma inclusão excludente, ou seja, se inclui os sujeitos para seu assujeitamento à uma ordem discursiva normativa, para, caso isso não ocorra, marcá-los, identificá-los como perigo e promover a exclusão da ameaça de sua presença. Como prática que subjetiva seus sujeitos dentro de uma cultura marcada pelo respeito à hierarquia e à ordem, o Taekwondo se torna uma ferramenta de governo do Estado sobre os sujeitos, que são vistos como potenciais ameaças à coesão social.

Caminhos investigativos

Inicialmente, a intenção da pesquisa seria a observação das aulas e a realização de entrevistas narrativas (JOVCHELOVICH; BAUER, 2002) com participantes do projeto. No entanto, por diversas vezes, fomos avisados de que as aulas não ocorreriam por compromissos particulares do professor ou devido à escola estar fechada no final de semana. Abortamos as observações e produzimos dados por meio de entrevistas narrativas com os alunos do projeto e com o professor que ministrava as aulas.

Os problemas não cessaram. Em que pese a média de presentes nas aulas ser de 10 alunos, além do professor, apenas três se dispuseram a contribuir, sendo que um deles não obteve autorização dos pais. Cabe destacar que tanto o método empregado não determina número adequado para a ação, como no referencial teórico adotado o que importa é a manifestação dos regimes de verdade presentes na ordem discursiva que produz a prática do Taekwondo, o PEF, os sujeitos dessas práticas, e, do mesmo modo, localizar nos discursos as táticas pelos quais o poder circula e opera representações.

Cabe reforçar que a partir do referencial foucaultiano, a preocupação não está tanto na busca pela verdade objetiva, mas, sim, na compreensão do funcionamento do poder e da produção de conhecimento. Michel Foucault (2008c) argumenta que o discurso não é simplesmente uma transmissão neutra de informações. Trata-se de uma prática social envolvida em relações de poder. O discurso é uma forma de exercício de poder, influenciando a maneira como pensamos, agimos e compreendemos o mundo. Mediante essa proposição, a preocupação da pesquisa é entender como o poder se manifesta no discurso, como certas verdades são produzidas e como elas contribuem para a manutenção ou transformação das estruturas sociais. Assim, não nos interessa perguntar se um discurso é verdadeiro ou falso, mas examinar como diferentes discursos competem entre si e como as verdades são construídas em contextos específicos. O que aqui se apresenta é a tentativa de mostrar como as instituições, como os aparelhos de Estado, a medicina, a mídia, o esporte, a pedagogia, a psicologia e outras disciplinas, constroem verdades que servem aos seus próprios interesses. Aos modos de Hall e Foucault estamos interessados na produção de subjetividade por meio do discurso. Interessa-nos compreender como o discurso contribui para a formação de identidades, normas sociais e práticas que moldam a experiência humana, no caso deste estudo de alguns sujeitos que vivenciaram aulas no PEF/projeto Taekwondo.

Por não ser estruturada, a entrevista foi disparada do seguinte modo: “*Conte um pouco sobre você, sua idade, o que faz atualmente*”. Posteriormente, foi indagado como a prática do Taekwondo surgiu na vida dos entrevistados. Sem limitar a espontaneidade dos comentários, conduzimos a entrevista até o seu final com foco no objetivo proposto. As entrevistas foram transcritas na íntegra, com o esforço de tentar mantê-la conforme as falas dos depoentes. Em seguida, tratamos o material, selecionando os trechos que favorecessem as análises. Para a apresentação dos resultados, organizamos as análises a partir de alguns temas comuns que emergiram nas entrevistas e nos deram pistas para a realização dos nossos objetivos.

As entrevistas foram agendadas conforme escolha de local, dia e horário dos colaboradores. O professor e os responsáveis assinaram previamente o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), enquanto os jovens assinaram o termo de assentimento (TA). O Comitê de Ética e Pesquisa, sob o N° 69383817.0000.5404, exarou parecer favorável à investigação.

O papel do mestre e do esporte

À época da entrevista, o professor de Taekwondo tinha 26 anos e era faixa preta nessa arte marcial. Durante o tempo no qual trabalhou em uma escola estadual como professor substituto, enviou à direção da escola um projeto para ensinar a modalidade que praticava aos alunos, tencionando melhorar alguns aspectos da vida deles.

“Era uma época que eu tava começando a trabalhar com educação, tava dando aula de substituição no Estado, e vendo a carência que os alunos tinham por tudo, não só por conteúdo, mas por qualquer coisa que atendesse a eles e a ferramenta que eu encontrei. Eu achei que podia servir de porto seguro pra mais alguém, de algum tipo de alavancagem pra outras pessoas também, porque tinha me feito bem, e feito bem para vários outros colegas, então, talvez, apresentando isso pra algumas pessoas talvez fosse impactar na vida desses adolescentes positivamente” (Professor de Taekwondo).

A “*carência que os alunos tinham*” denota que o professor parte do pressuposto de que boa parte dos alunos daquela escola vivem em situação de risco social, isto é, são sujeitos vulneráveis à evasão escolar, à violência, à delinquência, entre outras formas de ameaça a si e a segurança da sociedade, além de não terem a oportunidade de acessar práticas corporais fora do ambiente escolar. Nota-se a presença do discurso da educação compensatória, originária da revolução industrial e presente até os dias de hoje, em que pese as fortes críticas a essa concepção na educação brasileira desde o final dos anos 1980 (KRAMER, 1995). Com um discurso salvacionista, pressupõe que o Taekwondo, com suas técnicas e valores morais, seria uma boa ferramenta para a resolução dos diversos problemas que aqueles jovens enfrentam; um “*porto seguro*”, como foi para ele e seus colegas. Os saberes do Taekwondo, acredita, permitem uma “*alavancagem*” social.

O discurso faz circular um regime de verdade no qual afirma-se que a prática do Taekwondo permite aos jovens a superação dos limites dados pelos aspectos culturais e sociais dos territórios perigosos em que vivem. Abre, assim, um leque de possibilidades a partir do conhecimento e participação em outra cultura.

As artes marciais são discursadas como ferramenta de disciplina. Não por menos o projeto em tela foi selecionado para compor o PEF, pois os jovens são associados a futuros problemas caso não sejam disciplinados, bem encaminhados, e por isso necessitam de “ações focadas na preparação para uma vida adulta socialmente ajustada e produtiva” (NOGUEIRA, 2011, p. 108). Além disso, o esporte, em geral, é visto como um mecanismo de mobilidade social na sociedade capitalista e nos países periféricos, como o Brasil, que ao propagar o discurso da autossuperação, do mérito, logo do necessário engajamento na sua prática, oferece a oportunidade para a aprendizagem de diferentes papéis sociais concernentes à homeostase social (BRACHT, 1992).

Não é de hoje que é hegemônico o discurso que atribui ao esporte a função moralizante na formação humana, pois, enquanto está em ação, “a criança (...) está ocupada com uma atividade socialmente aceita e não pensa em bobagens...” (BRACHT, 1992, p.45). O ócio aqui é visto como algo ruim e que poderia fazer com que essa criança se desviasse do caminho que certos segmentos da sociedade propagam como correto. O esporte seria um antídoto para o ócio e levaria o jovem para longe da criminalidade (NOGUEIRA, 2011). Não por menos sua prática é largamente adotada por essa modalidade de projeto social e em medidas sócio educativas.

Por ter feito bem a si próprio, o professor decidiu passar à frente os conhecimentos que adquiriu com a modalidade esportiva. Projetos sociais como o observado neste trabalho, muitas vezes surgem devido às representações que enunciam que: se me fez bem, talvez faça bem para outras pessoas também. O problema é que nem sempre faz bem ou se atingem os objetivos esperados. Assim, por não atingirem todas as expectativas postas na mesa, muitos desses projetos acabam prematuramente e impactam na vida dos jovens que são atendidos por eles de modo contrário ao que se pretende (SILVA, 2010). Pode ser gerada aí uma sensação de abandono, contribuindo para o sujeito assumir a identidade de pária social. Por outro lado, os discursos engendrados reforçam e por isso produzem a identidade do esporte como elemento que impede essa condição ou que corrige a possibilidade do praticante não ser seduzido por hábitos não saudáveis, imorais. Ou seja, o PEF, mediante os discursos que propaga, reforça os valores morais e disciplinares atribuídos ao esporte, favorecendo a sua hegemonia como ferramenta de coesão social, produzindo posições de sujeito tanto para quem se assujeita aos seus discursos como para quem sucumbe diante deles (NUNES, 2006).

O início do professor na modalidade surgiu devido a um processo sucessivo do que denominou de falhas pessoais em outros esportes, como ele mesmo observa:

Porque eu já tinha falhado em futebol de campo, futebol de quadra, vôlei, handebol, até badminton e como não deu em nenhuma outra eu quis experimentar uma arte marcial que era uma, um tipo de esporte que eu não pensava em praticar (Professor de Taekwondo).

Como indica Nunes (2006), o fracasso no esporte produz no sujeito a identidade negativa, a diferença enquanto negação, visto que não se dar bem na prática demonstra que o indivíduo não serve para uma sociedade que valoriza a eficiência e o rendimento. Ainda segundo o autor, esse jogo produz a fragmentação da identidade dentro do mesmo regime de verdade, no qual se afirma os benefícios proporcionados pelo esporte: ao mesmo tempo em que ele assume a identidade de ineficiente, ele assume a de perseverante. Afinal, o enunciado corrente é de que você não pode desistir nunca e tem que descobrir o que sabe fazer melhor, reforçando, também, aspectos essencialista de sujeito. Dessa forma, “*até badminton*” (uma modalidade originada na Índia, adotada na Inglaterra e pouco difundida no Brasil) foi experimentado pelo professor para tentar encontrar o que ele sabia fazer melhor e não

assumir a identidade de fracassado no esporte. Sua persistência na modalidade foi uma tentativa de mostrar para si mesmo e para os outros, principalmente para os seus professores, que ele era capaz de se tornar um bom taekwondista, um bom lutador.

Depois de tentar diversos esportes e “*falhar*”, essa seria sua chance de “*vencer*”.

“Foi uma questão de ego, ego mesmo. Porque dentre todos os esportes que eu tentei praticar, todos coletivos, a maior parte deles coletivo e exigia instrumentos para a participação ou trabalhar na coletividade e eu não tinha um desempenho muito bacana e as equipes não me recebiam muito bem, não tinham uma formação adequada e quando eu fui para o Taekwondo, os professores olharam pra minha cara e falaram: Ok, esse não volta mais, porque eu tinha muita cara de almofadinha e o treino era muito puxado e eu insisti só pra mostrar que dava, que eu ia conseguir. Então, por isso eu persisti no esporte, acabei pegando bastante afeição e segui” (Professor de Taekwondo).

Podemos ver aqui outra identidade assumida por esse professor. Ele seria um guerreiro que conseguiu, apesar de todos os problemas, prosperar na arte marcial. E, por ter conseguido isso, ele queria que seus alunos conseguissem o mesmo. Ele queria ser um espelho, onde os alunos pudessem se ver e se identificar. Aqui ele assume a posição de sujeito fixado pela ordem discursiva criado nas artes marciais – o mestre e reforçado pela ordem discursiva da docência que atribui ao professor a identidade daquele que deve servir de exemplo, modelo, espelho para seus alunos.

Durante as poucas observações realizadas, o professor sempre mostrava os exercícios e muitas vezes também treinava junto com os alunos. Ele não ficava apenas observando e corrigindo. Acreditamos que dessa maneira ele poderia querer mostrar que, mesmo sendo o professor e sendo mais velho do que eles, também deveria treinar, reforçando por meio de práticas não discursivas outras representações. No caso, a prática do exercício físico como cuidado para manutenção de uma vida saudável, longa, disciplinada.

Os discursos que produzem o projeto social

Uma questão que nos chamou a atenção foi o discurso dos alunos relacionado à sensação de poder que a prática proporcionava:

“Às vezes na escola eu brincava com meus amigos, né? Aí eles falavam assim ‘oh não mexe com ela não, que ela faz Taekwondo’ (Y, 16)”.

“A gente ganha também o respeito tanto dentro da academia, posso dizer assim, dos treinos, tanto fora porque assim, lá dentro, depois do O. e do irmão dele, eu era o que tinha a faixa mais alta. Então, lá dentro, eu era bastante respeitado e tudo. Fora também que o pessoal falava ‘ele luta e tal’ (K, 17).”

O respeito conquistado dentro do grupo e fora dele, pode gerar nesses jovens a capacidade de liderança, o espírito indomável presente nos princípios do Taekwondo. A sensação de que qualquer

coisa é possível desde que se persevere naquilo que se quer (a perseverança também é um dos princípios dessa arte marcial).

Mas, ao mesmo tempo, temos o discurso do lutador como alguém a ser temido. Dentro do Taekwondo há uma hierarquia claramente imposta e o aluno que não respeita essa hierarquia ou as regras pré-estabelecidas pode ser afastado da prática pelo sujeito mais graduado. Vemos que, na segunda fala, o aluno era o terceiro na fila da hierarquia, ou seja, sua palavra deveria ser levada em consideração em relação aos alunos menos graduados do grupo. Como se nota, isso produz efeitos nas relações sociais, estabelecendo assimetrias que favorecem o exercício do poder.

Essa hierarquia imposta pode levar ao desenvolvimento de ideias e valores que levam ao conformismo. Sendo assim, os alunos podem se acomodar e não questionar o porquê disso tudo. As regras já estão impostas, naturalizadas, tomadas como essência do Taekwondo, inquestionáveis. Não por menos, nessas práticas culturais é mais difícil mudar suas representações.

Quando questionados sobre o porquê de ter iniciado no projeto, além das questões de saúde e condicionamento físico, um dos alunos citou que entrou nas aulas para aprender a se defender. Isso pode demonstrar que, cada vez mais, os princípios das modalidades de lutas e artes marciais são deixados de lado e, conseqüentemente, a busca pela prática dessas modalidades se dá com o objetivo da autodefesa, que tanto pode gerar o cuidar de si mesmo a partir da ótica do espaço social que se habita, defendendo-se nele, como aquisição de uma capital humano. Discursos enunciados que reforcem as análises de César e Duarte (2009) quanto aos discursos neoliberais de investimento pessoal associados aos valores de superação que as práticas corporais fomentam, afirmando o que o pensador francês Michel Foucault denominou de empresário de si. Também por aqui é possível perceber os efeitos da esportivização do Taekwondo. Os valores que o caracterizavam no *locus* em que se deu as suas condições de origem foram hibridizados pela cultura ocidental capitalista. O que se têm é outra identidade de Taekwondo que, no entanto, carrega valores ancestrais.

Cabe aqui também destacarmos os discursos de gênero embutidos nas artes marciais, uma vez que elas são historicamente estabelecidas como práticas corporais agressivas, que representam o exercício da masculinidade. A identidade dominante de homem é a que enaltece os atributos de viril, forte e corajoso, sendo, também, o sujeito mais habilidoso dentro dessas práticas corporais. As práticas corporais consideradas não agressivas representariam a feminilidade, evidenciando-se a beleza e a graciosidade ditas como algo exclusivo da mulher (FERNANDES *et al*, 2015). Por outro lado, hegemonicamente a participação de mulheres nesses espaços conferem a sua identidade marcas negativas aos seus modos de ser (NASCIMENTO; NUNES, 2014).

Vemos que a presença de uma mulher dentro do Taekwondo representa uma tentativa de transgredir fronteiras, uma vez que os limites para as mulheres dentro das artes marciais são marcados

a partir das relações sociais de poder dentro dessas, sendo, em sua maioria, impostos por sujeitos do sexo masculino (mestres, professores, instrutores). Muitas vezes, as meninas e mulheres são poupadas em algumas atividades, pois são consideradas fracas e frágeis para o que se propõe.

Mas, a partir do momento que esta menina está dentro, ela se identifica de outro modo. Ela agora, assim como seu professor, é uma guerreira. Não é mais o sexo frágil e, assim como K. (17 anos) diz que quando sai na rua “*já não me preocupo mais se eu vou ser roubada ou não, sabe? Eu tenho aquela confiança em mim mesmo*”, Y (16 anos) - também pode dizer que a arte marcial “*era uma coisa que agregava pra talvez, talvez você usar fora se necessário, né?*”. Se, de um lado, ambos se identificam e assumem a mesma identidade de corajosa e valente, no caso da menina essa fala ganha outro tom. O que está em jogo são enunciados que potencializam os discursos feministas atuais que tanto contestam o lugar das mulheres posicionados pelo machismo e pelo patriarcado como versam sobre as mulheres serem capazes de se defenderem sozinhas.

Discursos de saúde e qualidade de vida em meio a questão social: a identidade que se quer desses jovens

Negrão (2012) e Pérez-Gutierrez (2014) afirmam que o Taekwondo como prática corporal traz diversos benefícios para a saúde. Afirmativas corroboradas pelos alunos durante as entrevistas. Palavras como “*desestressava*”, “*emagreci*”, “*terapêutica*”, “*atividade física*”, “*resistência*”, “*agilidade*” e “*confiança*”, surgiram nos discursos dos colaboradores da pesquisa quando questionados sobre os benefícios que a prática da arte marcial trouxe para suas vidas.

Ecoam aqui as questões formuladas por César e Duarte (2009) sobre os corpos saudáveis e também as análises de Bracht a respeito dos discursos hegemônicos que afirmam que a “Educação Física é fomentadora da saúde (via aptidão física)”(BRACHT, 1992, p. 44). Entendem os depoentes que tanto os objetivos relativos aos aspectos físicos quanto aos psicológicos foram atingidos pela prática da modalidade, contribuindo assim para a melhora da qualidade de vida e relacionamentos, transformando-os em corpos saudáveis ou fazendo com que se percebessem mais saudáveis, devido ao fato de praticar o Taekwondo.

Apesar de todos estes aspectos, a falta de regularidade da prática, põe em questão como é possível o jovem seguir uma trajetória de vida saudável, como o PEF exalta em seus objetivos, se o projeto não apresenta regularidade? Vemos a todo momento projetos sociais como o do Taekwondo começarem e encerrarem suas atividades num espaço curto de tempo (SILVA, 2010), onde muitas vezes é difícil fazer uma avaliação exata de todos os seus impactos dentro da comunidade na qual esteve presente, principalmente quando falamos em saúde (VIANNA; LOVISOLO, 2009).

Ainda hoje, os jovens que vivem em situação de risco social ou em famílias que não têm boas condições financeiras de vida, precisam começar a trabalhar ainda na juventude, como no caso de um dos alunos entrevistados, que expressa: *"queria mais, mas por causa do trabalho, comecei a trabalhar, aí ficou muito difícil de locomover agora que os treinos são em outra escola"* (K, 17).

Fica claro o peso que estudo, trabalho e lazer possuem e as consequências que a ausência e/ou presença desses causam. Devido ao trabalho e, conseqüentemente, a somatória do cansaço de associar estudo e trabalho, a prática de uma atividade física seja ela por lazer ou não, por mais prazerosa que seja, fica em segundo plano. Soma-se a isso, a falta de frequência constante para que possa promover motivação em participar da atividade e, até mesmo, seus resultados fisiológicos:

"Porque assim, primeiro que o vôlei eu tinha mais treinos. São três vezes por dia ou por semana, desculpa. Três vezes por semana. Eu ia todo dia lá no SESI treinar, porque eu treino lá. Então todo dia eu tô lá, treinando e treinando e o Taekwondo era uma vez por semana e quando tinha, né? Aí acabou e eu fiquei mais no vôlei mesmo" (K, 17).

Corroborando com essa afirmativa, diz o professor:

"Eles estavam cansados durante a semana, tinham aquele período de lazer e acabaram desistindo pelo excesso de compromissos deles, porque eles tinham vários outros espaços e pela falta de infraestrutura que anteriormente a gente dispunha e passamos a não dispor mais" (Professor de Taekwondo, 2017).

Não é novidade que jovens das classes mais abastadas da nossa sociedade acessam uma ampla gama de atividades e exercícios físicos, muitas vezes em ações extra-curriculares promovidas na escola em que estudam ou em clube que frequentam. São diversificadas no seu dia-a-dia, tanto esportivas, cognitivas, como de lazer em geral, e que corroboram com o que citamos anteriormente. Nessas classes, tais práticas produzem, reproduzem e reforçam o discurso capitalista: tempo é trabalho. Quando esses jovens iniciam em um esporte, geralmente esse é pago, possui um horário específico e um planejamento de todas as etapas de desenvolvimento. Caso uma aula seja cancelada, ela é prontamente repostada em outro momento próximo. Agora, como fazer o mesmo em um programa que é público, e por isso está sujeito a variados problemas estruturais (políticos) e depende da participação de voluntários para o seu funcionamento? Sem dúvida, é potencial o risco da precarização dessas ações e, com ele, o perigo de seus objetivos fomentarem o contrário do que se tenciona. Afinal, reforçamos mais uma vez e com a colaboração do professor o discurso que nas classes sociais menos favorecidas economicamente essas atividades servem para não deixar que as crianças fiquem a pensar bobagens e com tempo livre de suas vidas ociosas, que potencializem riscos sociais. Como se percebe, vemos práticas bem distante dos objetivos das classes abastadas, cujas atividades funcionam como investimento, como capital humano.

César e Duarte (2009), entre tantos autores, colocam essa questão em evidência ao questionarem sobre a atual imposição hegemônica de um estilo de vida saudável, em que diversos segmentos midiáticos exaltam que ser ativo e saudável é o certo a fazer. Há uma gama de projetos que socializam o estilo de vida em academias, clubes e, inclusive, em empresas, escolas e hospitais. Os sujeitos mais abastados da sociedade facilmente se encaixam nesse padrão socialmente aceito, uma vez que o esporte nos dias atuais se tornou uma mercadoria e podem pagar por isso facilmente (DARDOT; LAVAL, 2016). Mas aos pobres e desprivilegiados essa ação não é assim tão fácil e acabam sendo segregados, excluídos para outros locais, uma vez que há pouquíssimas ofertas de programas que englobam todos os sujeitos.

A partir disso, são criados novos territórios para os excluídos, a fim de que eles sejam encaixados. Vemos isso por meio de políticas públicas como o PEF, nas quais as ações são realizadas por ONGs, que, por sua vez, muitas pertencem ou são financiadas por empresas privadas regadas com dinheiro público por meio de renúncia fiscal ou de forma direta via editais públicos. Quem não faz parte da sociedade mais abastada e/ou não pode pagar por esse estilo (imposto) de vida saudável é colocado à margem do sistema, para constantemente serem recriadas políticas e estratégias para buscá-los novamente, alimentando as expectativas de superação da desigualdade. O PEF seria aqui, ao mesmo tempo, a margem para os excluídos, reforçando identidades de jovens em situação de vulnerabilidade social, como a possibilidade dessa superação.

A partir disso, vemos que é esperado dos jovens, excluídos ou não, ocuparem o seu tempo livre e buscarem uma trajetória de vida saudável da forma que conseguirem. Seja fácil ou difícil. É uma ação de tentativa de inclusão excludente, que implica numa dominação dos corpos destes sujeitos.

Na sociedade moderna e (neo)liberal o ócio não é visto como algo normal entre os sujeitos e deve ser combatido, pois é perigoso à ordem social. Através do PEF e da escola, há a produção de valores contra esse ócio, e se conduz os sujeitos para onde o Estado e suas políticas querem. As práticas do Taekwondo aqui são vistas, então, como preparação para o trabalho, assim como o esporte (BRACHT, 1992). Afinal, aprendemos com Foucault (2014) que a governamentalização do Estado e a ascensão da economia liberal favoreceram a produção de técnicas disciplinares para a produção de sujeitos úteis economicamente e dóceis politicamente via canalização das forças dos sujeitos para a produção. Em que pese as mudanças da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, como bem ressaltou Foucault (2008), a disciplina não foi renegada, principalmente diante das ameaças da presença da delinquência.

Problemas no programa

Durante as observações na escola muitos problemas surgiram. A escola muitas vezes não abria e, quando abria, o professor às vezes faltava e não tinha aula. O PEF pressupõe que as escolas abram aos finais de semana conforme está descrito nos seus objetivos e é a sua principal característica. Ora, se a escola não abre, o programa não acontece. O que torna difícil, segundo o professor, saber quando os “*portões da escola estariam abertos*”, pois ele chegava lá e “*os portões estavam fechados*”.

Além da não abertura da escola, a falta de apoio ao professor e aos alunos colaborara para que o projeto de Taekwondo fosse descontinuo, ocasionando a sua supressão definitiva. Isso fica claro nas falas do professor ao dizer que:

(...) não houve interesse da parte da escola no apoio ao projeto; (...) faltou comunicação da escola, faltou apoio dos monitores que ‘tavam’ lá para ajudar a organizar o espaço, pra ajudar a incentivar os alunos; (...) a realização de qualquer projeto demanda um mínimo de esforço e esse esforço nem sempre é um, é algo que aparece como interessante pra direção, ‘pros’ apoiadores”.

Para entendermos melhor os enunciados do docente, que manifestam sua insatisfação, cabe aqui retomar que a escola, como parte da política do PEF, recebe verba do Estado para a manutenção e execução do programa.

Um dos alunos nos questionou se as aulas de Taekwondo voltariam e relatou que reuniu um grupo de cinco amigos para lhes apresentar a modalidade e, assim, aumentar o número de participantes e, por que não, a motivação para treinar. Eles chegaram à escola às 14h e os portões estavam fechados. Às 14h30 retornaram e a escola permanecia fechada. Às 15h, eles foram embora. Foi a partir desse momento que o aluno se desmotivou. Ele “*ficou mal*” com os amigos que foram lá na escola e perderam seu tempo.

“Aí começou problemas também, porque a escola ficava fechada do nada, sabe? Aí chegava lá, e pra ir a pé é um pouco longe, né? E a gente locomovia até lá um grupinho tal pra treinar e chegava lá “tava” fechado. O pessoal foi desanimando e aí eu acabei parando (K, 17).”

Como estabelecem seus objetivos e as justificativas da sua implantação, os programas assistencialistas como o PEF surgem como medidas paliativas na tentativa de diminuir as desigualdades entre os diversos grupos sociais. Esses programas utilizam o esporte como elemento que vem agregar e condensar “a formulação e circulação de discursos verdadeiros sobre a cidadania e sobre a inclusão de crianças e jovens pobres” (PINTO; OLIVEIRA, 2017, p. 45).

Vemos que, no entanto, devido a alguns problemas como os aqui relatados, essas desigualdades dificilmente conseguem ser sanadas por inteiro. Quando um programa se propõe a

atender à determinado segmento da sociedade, esse já está explanando a diferença como negação entre os sujeitos que estão dentro e os que estão fora do programa e acaba por construir ou reforçar, novamente, a identidade desses sujeitos (vulneráveis e em risco social). Como se sabe, se um jovem supera socialmente a condição inadequada da sua existência, a ele se atribui todos os méritos e apagam-se as condições tanto as que lhe permitiram a denominada superação, como as que fixam os demais nas margens. Como se vê, os modos de operação do PEF nesse projeto e seus sujeitos contribuem para isso.

Os programas e projetos sociais, ONGs e afins muitas vezes acabam se preocupando mais com os recursos recebidos para a melhoria de sua estrutura de funcionamento do que com a quantidade de sujeitos atendidos por suas ações (PINTO; OLIVEIRA, 2017). Quando um projeto social possui uma demanda alta de crianças e jovens, podem-se ocultar os motivos da saída e o abandono desses dos projetos (VIANNA; LOVISOLO, 2009). Observamos isso durante as aulas de Taekwondo. Apesar de haver uma quantidade considerável de participantes durante as aulas, apenas duas ou três pessoas eram assíduas nos treinos. Para esses tipos de projetos não importa muito a permanência, mas, sim, a quantidade total de crianças atendidas, isto é, matriculadas. Vemos isso nos números de crianças e jovens atendidos disponibilizados pelo PEF e utilizados por políticos para justificar sua criação e presença nas escolas.

Além disso, os programas e projetos sociais em sua grande maioria acabam funcionando por períodos curtos (SILVA, 2010) e “torna-se difícil justificar a formação esportiva ou moral” (VIANNA; LOVISOLO, 2009, p. 2) que pretendem. Os programas sociais funcionam mais como meios de governo e controle dos sujeitos que produzem, além de reforçarem um modelo de cidadão tutelado pelo Estado. Como efeito, se reforça a pauta da inclusão dos mesmos às normas estabelecidas pelo Estado e salvaguardadas por interesses de grupos específicos, que tanto mantém parcela significativa da juventude e da infância na sua posição social e econômica de privilégio, como mantém os sujeitos desses projetos na condição em que vivem e os potencializam a ser parceiros na manutenção e vigilância de qualquer ameaça à ordem estabelecida. De forma cruel, a vítima colabora para com aqueles que o vitimizaram.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No capitalismo globalizado, o sujeito é produzido de forma a se tornar uma mercadoria, tendo, sempre, como regra a competição. Trata-se de um dos motivos pelos quais as desigualdades sociais existem em diversas partes do mundo.

Podemos observar, a partir do presente trabalho, o quanto as práticas assistencialistas atreladas ao esporte (aqui no caso ao Taekwondo) contribuem para que as identidades hegemônicas imponham aos sujeitos participantes de programas sociais como o PEF modos de ser alinhados a um projeto civilizador pautado na concorrência, eficiência e performatividade. Como dito ao longo deste trabalho, o esporte é uma das principais ferramentas de intervenção em políticas públicas para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco social (NOGUEIRA, 2011) e é, também, discursado de modo a ser reconhecido como uma possibilidade de diminuir as desigualdades entre os sujeitos e como um dos poucos meios de ascensão social legítima nos dias atuais. Além disso, a ênfase na sua prática atrela-se aos discursos correntes de estilo de vida saudável e da autossuperação.

Por um lado, é através do discurso que os sujeitos atendidos por esses programas se posicionem afeitos às identidades de crianças e jovens vulneráveis socialmente; sem locais próprios para a prática de esporte e lazer perto de suas residências e considerados pela sociedade mais ampla como um problema que deve ser solucionado ou, caso fracassem, sejam jogados para a margem e tachados como incapazes.

Por outro, nesses projetos sociais também emergem discursos que permitem às crianças e jovens terem oportunidades de construção de uma vida saudável, “de experiências positivas de participação e reconhecimento”(NOGUEIRA, 2011, p. 105) e ocupar seu tempo livre de forma sadia numa tentativa de fugir da ociosidade que pode levar à criminalidade, a qual geralmente é discursada como parte de seu cotidiano e determinante em suas vidas. Há mais! É por meio de projetos que visam a igualdade, que a sociedade fortalece a desigualdade entre os sujeitos das localidades que atendem.

Programas como o PEF são desenvolvidos para colocar e manter à margem e fora do território da sociedade abastada, os sujeitos que não têm condições de pagar por esporte e lazer e, ao mesmo tempo, concordarem com essa forma de organização social, colaborando para a sua manutenção. A juventude das comunidades periféricas é vista sem oportunidades e é aí que os projetos sociais e ONGs fixam seus territórios. Paradoxalmente, seu sucesso, acabar com a desigualdade, seria o seu fim, porém, é a oportunidade de seu recomeço, pois, ao fechar suas atividades, muitos perderiam seus empregos, recomeçando a desigualdade. Como o uróboro, políticas públicas de assistência e instituições parceiras se alimentam de si mesma. Não por menos, elas não findam. Não saem da comunidade assistida para que esses jovens tenham a oportunidade de conhecerem e explorarem outros locais. Buscam demarcar a comunidade como o único território no qual aqueles jovens devem ter acesso, utilizando o discurso de agregar valor àquele local no qual a juventude já está acostumada. Parafraseando Bauman (2008), o que se tem é a instituição de guetos culturais precários.

Em meio às relações de poder, a liberdade dessa juventude em situação vulnerável é condicionada pela sujeição às práticas de governo do Estado, que vigiam a presença inquietante

da diferença. Na atual estrutura do Estado brasileiro, esses programas não vão deixar de existir e mesmo que acabem por um tempo, retornam em um outro momento, com outro nome, mas com os mesmos objetivos. Assim, o Estado, muitas vezes suplementado por uma entidade privada derivada de setores produtivos, sempre é identificado como um benfeitor que se preocupa com seus sujeitos e que por isso cria programas que dizem ser inclusivos, mas que apenas excluem ainda mais os sujeitos já excluídos da e pela sociedade.

A partir das entrevistas realizadas, vimos como o professor tenta validar a identidade constituída dentro da arte marcial por meio de discursos morais e ações para os seus alunos, numa tentativa de alavancá-los socialmente para superarem a situação em que vivem. Ele, assim como o PEF e demais programas sociais, reforça que apenas por meio de práticas corporais como o Taekwondo que esses jovens serão salvos e conseguirão chegar em um lugar melhor dentro da sociedade, assumindo a identidade de bom cidadão e reforçando a do esporte como meio de ascensão social.

Apesar de todas estas considerações, a experiência adquirida pelos alunos entrevistados faz com que esses também mobilizem para si novas identidades dentro e fora do Taekwondo, seja por meio da hierarquia dentro da arte marcial ou do autocuidado a partir do aprendizado das técnicas de defesa e nas relações de gênero na sociedade machista, racista, classista na qual vivemos. Apesar disso, ainda se veem como vulneráveis, uma vez que necessitam e conclamam por programas como o PEF e o Taekwondo para usufruírem de todos os benefícios que esses e outros programas divulgam. Ao se reconhecerem como vulneráveis, reafirmam os discursos negativos sobre si e a sua classe social e potencializam o processo de exclusão no qual estão inseridos, logo, reforçam as políticas assistencialistas públicas ou do terceiro setor.

Não cabe aqui dizer o quão bom ou o quão ruim são esses programas e se esses devem ou não continuar existindo. Cabe dizer que programas como o PEF e o uso de esportes como o Taekwondo, assim como qualquer prática corporal usada para esses fins, contribuem para que ainda hoje crianças e jovens sejam tutelados pelo Estado e assumam posições dadas por discursos hegemônicos sobre classe social, gênero, raça, saúde, educação etc., que determinam qual seria o lugar desses indivíduos na nossa sociedade, fixando identidades, uma vez que os conteúdos ensinados nesses programas são definidos por grupos em melhores condições em exercer o poder e dizer o que e como as coisas devem ser.

Para que estes jovens transgridam a identidade de vulneráveis, entendemos que é necessário que os programas sociais como Taekwondo criem condições para que seus sujeitos reconheçam dentro do território social no qual estão sendo inseridos os mecanismos que os capturam e lhes impõem uma identidade negativa. Condições que lhes permitam negar a diferença como ameaça,

como problema, mas afirmar a diferença como potência de vida, isto é, a diferença como impossibilidade de captura do ser, da fixação de identidade, a fim de vislumbrar e produzir outras possibilidades de ser e viver.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004. Institui o Programa Escola da Família - desenvolvimento de uma cultura de paz no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Escola da Família. Disponível em: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/Legislacao.html>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Resolução SE 43, de 28-9-2017 Dispõe sobre a instituição do Projeto Bolsa Universidade, no âmbito do Programa Escola da Família, instituído pelo decreto 48.781 de 07/07 de 2004. Escola da Família. Disponível em: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/Legislacao.html>. Acesso em: 30 out. 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do fitness. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 119-134, 2009. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8264>

DARDOT, Pierre, LAVAL, Crithian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Bomtempo, 2016.

FERNANDES, Vera et al. Mulheres em Combate: representações de feminilidades em lutadoras de boxe e MMA. **Rev. Educação Física/UEM**, v. 26, n. 3. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 3 trim., 2015. p. 367-376. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/26009>. Acesso em: 15 Mai. 2018.

FOUCAULT, Michel. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: Dreyfus, Hubert; Rabinow, Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. pp. 297-321. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008c

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FROW, John; MORRIS, Meaghan. Estudos Culturais. In: DENZIN, Norman. K., LINCOLN, Yvonna. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

HALL, Stuart **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin. W, GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002.

KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, Maura C.; VEIGA-NETO, Alfredo. **Inclusão como dominação do outro pelo mesmo**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT. PUC-SP, 2011.

NASCIMENTO, Aline Santos; NUNES, Mário Luiz Ferrari. A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência. **Intersecções: revista de estudos interdisciplinares**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 197-219, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.13470>

NEGRÃO, Carlos. **Taekwondo Fundamental**. São Paulo: Editora Prata, 240 p., 2012.

- NOGUEIRA, Quéfren Weld Cardozo. Esporte, Desigualdade, Juventude e Participação. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 103-117, jan./mar. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000100007>
- NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física e esporte escolar: poder, identidade e diferença**. 2006. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- NUNES, Mário Luiz Ferrari.; NEIRA, Marcos Garcia. Responsabilidade socioambiental como estratégia de subjetivação dos sujeitos do ensino superior. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 463-480, jul./dez.2014. <https://doi.org/10.5965/1984723815292014463>
- PÉREZ-GUTIÉRREZ, Mikel; VALDÉS-BADILLA, Pablo Antônio. Evolución de la investigación iberoamericana relativa al taekwondo y su impacto en el ámbito deportivo: aproximación bibliométrica. **Lúdica Pedagógica**, v. 20, n. 2, p. 103-112, 2014. <https://doi.org/10.17227/01214128.20ludica103.112>
- PINTO, Rubia-Mar Nunes; OLIVEIRA, Cristina Borges. Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento discursivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 39, n. 1, pag. 39-48, jan./mar. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2016.01.013>
- SÃO PAULO (Estado). Idéias 32. **Escola da Família. Fundação para o Desenvolvimento da Educação**: São Paulo, 2004, 280p. Disponível em: <https://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Arquivos/Ideias32.pdf>. Acesso em: 17 de Ago. 2017.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO SEE-SP. **Escola da Família.Educação**. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/escoladafamilia/>. Acesso em: 17 de Ago. 2017.
- SILVA, Sílvio Sipliano da. **Educação Física Escolar versus projeto social esportivo: “quando os donos da casa perdem o jogo”**. 2010. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2010.
- SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura e Currículo. **Contrapontos**, Itajaí (UNIVALI): a.2, n.4, 2002 a. p.43-51. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/133>
- VERGARA, Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. ONGs no Brasil: expansão, problemas e implicações. **Revista Gestão e Tecnologia**, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/157/152>
- VIANNA, José Antônio.; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação. **Revista Movimento**, v. 15, n. 3, 2009. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.5190>
- WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Inserir os agradecimentos a pessoas que contribuíram com a realização do manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, sob o N° 69383817.0000.5404, exarou parecer favorável à investigação.

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria acredita não haver conflito de interesses

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike \(CC BY-NC SA\) 4.0 International](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Juliano Silveira

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Comissão Editorial

HISTÓRICO

Recebido em: 28.08.2023

Aprovado em: 10.12.2023